

#### ESTADO DO PARANÁ

#### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 083/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 29728/2023 REGISTRO DE PREÇOS

DATA DA REALIZAÇÃO: 22/06/2023 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 10h

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 76.206.606/0001-40, através da Secretaria de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Praça Getúlio Vargas nº 280 — centro — Foz do Iguaçu - PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Francisco Lacerda Brasileiro, Prefeito Municipal, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO, visando o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição de materiais gráficos conforme quantidades, condições e especificações constantes no anexo I — Termo de Referência.

O valor máximo total da presente licitação é de **R\$ 9.405,61**(nove mil quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos).

#### **ENDEREÇO E TELEFONE:**

PREGOEIRO: José Roberto Pereira

Endereço de correio eletrônico: licitacaopmfi@gmail.com.

Horário de expediente: das 07h30 às 13h30.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 - Foz do Iguaçu - PR.

Acesso identificado no link – www.gov.br/compras/pt-br.

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura:

Nilton Aparecido Bobato - Secretário Municipal da Administração



#### ESTADO DO PARANÁ

#### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29728/2023 REGISTRO DE PREÇOS DATA DA REALIZAÇÃO: 22/06/2023 HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 10h

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 76.206.606/0001-40, através da Secretaria de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Praça Getúlio Vargas nº 280 – centro – Foz do Iguaçu - PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Francisco Lacerda Brasileiro, Prefeito Municipal, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO, visando o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição de materiais gráficos conforme quantidades, condições e especificações constantes no anexo I – Termo de Referência.

#### DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

22 de junho de 2023, às 10h

UASG: 987563 – MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

O valor máximo total da presente licitação é de **R\$ 9.405,61**(nove mil quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos).

#### **ENDEREÇO E TELEFONE:**

PREGOEIRO: José Roberto Pereira

Endereco de correio eletrônico: licitacaopmfi@gmail.com.

Horário de expediente: das 07h30 às 13h30.

Praça Getúlio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – www.gov.br/compras/pt-br.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste edital e seus Anexos, e será regido pela Lei Federal N.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 18.718 de 26 de fevereiro de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, em especial, da Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores, além das demais disposições legais aplicáveis.

A sessão pública deste pregão será conduzido pelo servidor José Roberto Pereira, designado pregoeiro, pela Portaria nº 73.994 de 25 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, edição nº 4392 de 25 de abril de 2022.



#### ESTADO DO PARANÁ

#### 2. DO OBJETO

**2.1** Seleção de propostas, visando o registro de preços para eventual aquisição de materiais gráficos destinados ao atendimento da demanda das unidades, feiras e eventos, bem como conselhos atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário, conforme quantidades, condições e especificações constantes no anexo I – Termo de Referência, pelo período de 12 (doze) meses.

#### 3 DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

- **3.1** Aplica-se a este pregão o disposto no Decreto Municipal nº 30.699 de 26 de setembro de 2022 e na Lei Complementar nº 369/2022, que estabelece prioridade de contratação para empresas sediadas localmente, conforme previsto nas disposições finais deste edital.
- **3.2** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança: criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- **3.3** Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Órgão Provedor do Sistema, através do *site* <a href="www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>.
- **3.4** Por determinação da lei Complementar n° 147/2014, que alterou a Lei Complementar n° 123/2006, itens que apresentem seu valor máximo até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte poderão concorrer neste Pregão Eletrônico.
- **3.5** O edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos:
  - 3.5.1 www.gov.br/compras/pt-br.
  - **3.5.2** http://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia/licitacoes/wfrmLicitacoes.aspx.
- **3.6** A licitação será dividida em itens, conforme tabela do anexo I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- **3.7** Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRAS.GOV.BR, "SIASG" OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição dos itens do edital.
- **3.8** As informações administrativas relativas a este edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo <u>licitacaopmfi@gmail.com</u>.
- **3.9** As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão enviadas a secretaria demandante para os devidos esclarecimentos



#### ESTADO DO PARANÁ

#### 4 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES

- **4.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este edital deverão ser encaminhados ao Pregoeiro até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo e-mail: <a href="mailto:licitacaopmfi@gmail.com">licitacaopmfi@gmail.com</a>.
- **4.2** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste edital, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do envio da petição ao Pregoeiro, exclusivamente pelo e-mail: <a href="mailto:licitacaopmfi@gmail.com">licitacaopmfi@gmail.com</a>.
- **4.3** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnações no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas serão inseridas no sistema eletrônico <a href="www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> para conhecimento de todos os interessados.
- **4.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **4.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- **4.6** Eventuais modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### 5 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- **5.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 3, de 26 de abril de 2018.
- **5.2** As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital">https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital</a>, até o terceiro dia útil anterior a data do recebimento das propostas.
- **5.3** A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRAS.GOV.BR, no ato da abertura do Pregão.
- **5.4** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **5.5** Não poderá participar da licitação empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente
- **5.6** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
  - **4.6.1** Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
  - **4.6.2** Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
  - **4.6.3** Empresa que tenha como sócio(s) servidor(s) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

#### 5 DOS REQUSITOS DE PARTICIPAÇÃO

- **5.1** Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não", em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - **5.1.1** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos. 42 a 49.
  - **5.1.2** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.
  - **5.1.3** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
  - **5.1.4** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos.
  - **5.1.5** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
  - **5.1.6** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
  - **5.1.7** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **5.1.8** Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n° 2, de 16 de setembro de 2009.
- **5.1.9** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- **5.1.10** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- **5.2** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.
- **5.3** Na ausência da Declaração Unificada, modelo II, considerá-se-á válida as Declarações devidamente preenchidas e dispostas no campo próprio do sistema eletrônico, sendo que a Declaração Unificada será solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

#### 6 DO CREDENCIAMENTO

- **6.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- **6.2** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <a href="www.compras.gov.br">www.compras.gov.br</a>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- **6.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- **6.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **6.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - **6.6** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



#### ESTADO DO PARANÁ

#### 7 DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO MUNICÍPIO

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
  - **6.1.1** Conduzir a sessão pública.
  - **6.1.2** Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.
  - **6.1.3** Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.
  - **6.1.4** Coordenar a sessão pública e o envio de lances.
  - **6.1.5** Verificar e julgar as condições de habilitação.
  - **6.1.6** Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica.
  - **6.1.7** Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
  - **6.1.8** Indicar o vencedor do certame.
  - **6.1.9** Adjudicar o objeto, quando não houver recurso.
  - **6.1.10** Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
  - **6.1.11** Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.
- **7.2** O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- 7.3 Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

#### 8 DOS PROCEDIMENTOS NO PORTAL ELETRÔNICO

- **8.1** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de acesso e senha pessoal (intransferíveis), obtida através do site <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>.
- **8.2** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- **8.3** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **8.4** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **8.5** Caberá também ao fornecedor remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares.

### 9 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>, concomitantemente com os documentos de habilitação <a href="https://except.org/exitemente-e
- **9.2** A inserção da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- **9.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- **9.4** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **9.5** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **9.6** Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **9.7** Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.
- **9.8** Caso o produto ofertado seja de fabricação/marca própria, preencher os referidos campos com as informações "FABRICAÇÃO PRÓPRIA" e/ou "MARCA PRÓPRIA", a fim de não identificar o licitante.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **9.9** O não envio da documentação solicitada no item 13 acarretará na desclassificação do licitante.
- **9.10** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **9.11** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **9.12** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **9.13** A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- **9.14** Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Foz do Iguaçu.
- **9.15** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

### 10 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- **10.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.
- **10.2** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.
- 10.3 Previamente à etapa de abertura de propostas, o licitante deverá certificar-se de que sua proposta foi inserida ou digitada corretamente no sistema, cuja visualização possa ser realizada tanto pelos demais licitantes como pelo Pregoeiro. A não visualização pelo Pregoeiro, independentemente da razão, será considerada como não inserida, acarretando na desclassificação do licitante.
- **10.4** Também será desclassificada a proposta que **identifique** o licitante.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **10.5** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **10.6** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **10.7** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **10.8** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **10.9** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

#### 10.10 O lance deverá ser ofertado por item unitário.

- **10.11** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 10.12 O licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o item.
- **10.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **10.14** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- **10.15** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.
- **10.16** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **10.17** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **10.18** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



#### ESTADO DO PARANÁ

- 10.19 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, a qual será registrada em campo próprio do sistema.
- **10.20** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema <u>não identificará</u> o autor dos lances aos demais participantes.
- **10.21** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 10.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.23 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas Alterações.
- **10.24** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.25 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.26 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **10.27** Não será admitida desistência de lances ofertados, sujeitando-se a licitante às sanções administrativas constantes deste edital.
- **10.28** Os Itens/grupos foram distribuídos conforme Lei complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, art. 48:



#### ESTADO DO PARANÁ

**10.28.1** <u>Exclusiva</u> — Grupo/itens de contratação está aberto para a participação EXCLUSIVA de "Microempresa — ME" ou "Empresa de Pequeno Porte — EPP", e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar n° 147/2014.

#### 11 DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

- 11.1 O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 11.2 O Pregoeiro deverá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 11.3 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie via sistema a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.
- **11.4** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### 12 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 12.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO POR ITEM.
- **12.2** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 12.3 A proposta final do licitante que ofereceu o menor valor deverá ser encaminhada por meio do sistema <a href="www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> no prazo de 02 (DUAS) HORAS, após o encerramento da sessão de lances e deverá conter a descrição do objeto ofertado, marca ofertada, valor unitário de cada item com até duas casas decimais após a vírgula, valor total do grupo/item e demais condições solicitadas no edital.
- **12.4** Se a melhor proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- **12.5** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



#### ESTADO DO PARANÁ

- 12.6 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **12.7** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- **12.8** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- **12.9** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- **12.10** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 12.11 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- **12.12** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" ou outro meio do sistema eletrônico a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **12.13** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste edital.

#### 13 DA HABILITAÇÃO

- 13.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, da negociação e a análise da proposta, o pregoeiro irá analisar a documentação de habilitação do licitante detentor da melhor proposta.
- 13.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a



#### ESTADO DO PARANÁ

participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

#### **13.2.1** SICAF.

- **13.2.2** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a>).
- 13.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 13.4 Será inabilitado o licitante que possua restrição/impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública no âmbito deste Município ou, ainda, que tenha sido declarado inidôneo, independentemente do âmbito ou esfera do órgão que tenha aplicado a sanção.
- 13.5 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- **13.6** A possível tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 13.7 O licitante poderá ser convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **13.8** Constatado o descumprimento das condições de participação, o Pregoeiro inabilitará o licitante.
- 13.9 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.10 A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:
  - **13.10.1** No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - **13.10.2** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.
  - **13.10.3** Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a>.
- **13.11** A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:



#### ESTADO DO PARANÁ

- **13.11.1** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante.
- 13.12 A documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA consistirá em:
  - 13.12.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.
  - **13.12.2** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
  - **13.12.3** Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
  - 13.12.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.
  - **13.12.5** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
  - **13.12.6** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.
  - 13.12.7 Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
  - **13.12.8** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (**CNDT**), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 13.13 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:
  - 13.13.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.
- **13.14** A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.
  - 13.14.1 O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6° da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 3, de 26 abril de 2018, <u>PODERÁ SUBSTITUIRÁ APENAS</u> os documentos indicados nos subitens acima 10.5 Habilitação



#### ESTADO DO PARANÁ

Jurídica, 10.6 - Qualificação econômico- financeira e 10.7 - Regularidade fiscal e trabalhista, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

- **13.14.2** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 13.15 Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.
- 13.16 Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.
- 13.17 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 13.18 Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, deverá encaminhá-los, em formato digital, via sistema <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>, sob pena de decair do direito à contratação.
- 13.19 Ultrapassado o prazo previsto no item 12.19, à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.
- 13.20 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **13.21** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.
- **13.22** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.



#### ESTADO DO PARANÁ

#### 14 DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL

- 14.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRAS.GOV.BR, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o pregoeiro fará uso da ferramenta "CONVOCAR ANEXO", devendo o licitante anexar o documento utilizando o link "ANEXAR" disponível apenas para o licitante/vencedor.
- 14.2 Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital **e já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **NO PRAZO DE 02** (**DUAS**) **HORAS**, sob pena de inabilitação.
- 14.3 O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada, num prazo de até <u>02 (duas)</u> horas de efetivo funcionamento do órgão público, ou seja, das 07h30 às 13h30, contados da convocação.
- **14.4** A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.
- **14.5** Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.
- 14.6 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.
- 14.7 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.
- **14.8** A proposta de preços ajustada deverá ser apresentada conforme o Modelo I anexo a este edital, devendo conter:
  - **14.8.1** Preço unitário e total do item/grupo, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, com até duas casas decimais após á vírgula (0,00).
  - **14.8.2** Marca/modelo/fabricante.
  - 14.8.3 Descrição detalhada do objeto.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **14.8.4** Prazo de **validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 64, § 3°, Lei n° 8.666/93, combinado com o artigo 6°, da Lei n°. 10.520/2002.
- **14.9** O Município poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da proposta por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.
- **14.10** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- **14.11** É vedada a identificação do licitante antes do término da fase competitiva, sendo PROIBIDO o envio da documentação de habilitação e/ou proposta inicial para o e-mail do pregoeiro, sob qualquer justificativa.
- **14.12** Será desclassificada a proposta que estiver elaborada em desacordo com os termos deste edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, preços simbólicos ou irrisórios.
- 14.13 Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.
- 14.14 Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do objeto da licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.
- 14.15 O licitante declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e parafiscais, bem como os tributos incidentes sobre a compra dos materiais, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação.

#### 15 DOS RECURSOS

- 15.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **15.4** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, no mesmo prazo de 3 (três) dias úteis, cuja contagem iniciar-se-á a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas ao processo.
- **15.6** Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:
  - 15.6.1 Motivadamente, reconsiderar a decisão;
  - 15.6.2 manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente.
- 15.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **15.8** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.
- **15.9** A falta de manifestação imediata e motivada na forma estabelecida neste capítulo importará a preclusão do recurso e consequente adjudicação do objeto do certame aos licitantes vencedores.
- **15.10** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- **15.11** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **15.12** O Pregoeiro deverá encaminhar o recurso e suas contra-razões à Autoridade Superior para decisão. A adjudicação do item objeto da licitação para os quais existirem recursos só poderá ser efetuada pela Autoridade Superior.

#### 16 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 16.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- **16.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- **16.3** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.



#### ESTADO DO PARANÁ

#### 17 DA HOMOLOGAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 17.1 Encerrada a etapa de recursos, o Pregoeiro deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.
- 17.2 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- **17.3** A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.
- 17.4 Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Foz do Iguaçu convocará o licitante vencedor para assinatura de instrumento contratual ou retirada da nota de empenho.
- 17.5 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o instrumento contratual. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Foz do Iguaçu.
- 17.6 Assinatura do instrumento contratual somente será efetuada com certificado digital emitida por autoridade credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP Brasil, nos termos da legislação vigente.
- 17.7 A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar o Instrumento Contratual ou a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas no edital e anexos.

#### 18 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **18.1** A Ata de Registro de Preços terá validade por **12** (**doze**) **meses**, a partir da data de sua assinatura.
- 18.2 Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:
  - **18.2.1** Pelo Município de Foz do Iguaçu, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais previstas em contrato.
  - **18.2.2** Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pelo Município de Foz do Iguaçu, nos termos legais.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **18.2.3** Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas no item 19 do edital.
- **18.2.4** Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.
- 18.2.5 Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.
- **18.2.6** Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como do edital.
- **18.2.7** Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada.
- **18.2.8** Inobservância da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como desta Ata.
- **18.2.9** Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado.
- **18.2.10** Ocupação dos equipamentos, materiais e eventuais veículos utilizados na execução do objeto da Ata de Registro de Preços, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente. Não sendo devolvidos, darão causa a ressarcimento à Contratada mediante sua devida avaliação.
- **18.3** Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei no 8.666/93.
- **18.4** A adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços (modelo constante do **Anexo II** deste edital), dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pela Secretaria solicitante.
- **18.5** O prazo concedido para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- **18.6** É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da proposta de preços (60 dias), contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente edital.
- **18.7** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas Federais aplicáveis a espécie;
- **18.8** O disposto no subitem anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes.



#### ESTADO DO PARANÁ

- 18.9 O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador (Diretoria de Licitações e Contratos) desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
- **18.10**O saldo do registro de preços poderá ser consultado através do link: <a href="https://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia">https://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia</a>.
- **18.11** O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
- **18.12** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência se constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.
- **18.13** A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
- 18.14 O Município de Foz do Iguaçu poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, em conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Órgão Oficial do Município de Foz do Iguaçu PR.

#### 19 DO PAGAMENTO

- 19.1 O pagamento será efetuado, em moeda corrente brasileira, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da nota fiscal/fatura à Tesouraria da Secretaria Municipal da Fazenda, devidamente atestada (certificada) pelo órgão requisitante,
- 19.2 Recomenda-se encaminhar junto a fatura/nota fiscal a certidão negativa de tributos federais, certidão negativa de tributos municipais, certificado de regularidade do FGTS e da certidão negativa de débitos trabalhistas e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária indicada pela adjudicada.
- **19.3** Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.



#### ESTADO DO PARANÁ

- DAS CONTRATAÇÕES E SANÇÕES.<sup>1</sup> 20
- 20.1 As contratações se darão através da formalização do Contrato/Ata de Registro de Preços e da Nota de Empenho.
- **20.2** O Instrumento Contratual ou as Notas de Empenho deverão ser emitida contendo:
  - 20.2.1 O objeto e seus elementos característicos, inclusive quantidades.
  - **20.2.2** A forma e o prazo de fornecimento de bens ou prestação dos serviços.
  - 20.2.3 O preço unitário.
  - **20.2.4** Dotação orçamentária e fonte de recursos.
  - **20.2.5** A indicação do respectivo processo licitatório.
- 20.3 Comete infração administrativa, nos termos do art. 7° da lei n° 10.520/2002, ficando sujeita à aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal direta e indireta, de acordo com a gravidade do ato, a empresa que:
  - 20.3.1 Não mantiver sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação, conforme abaixo especificado:
    - 20.3.1.1 Recusar-se ou deixar de enviar a documentação e a proposta de preços no prazo estabelecido no edital; ou
    - 20.3.1.2 Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pelo Município de Foz do Iguaçu, durante a análise da proposta; ou
    - 20.3.1.3 Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação, sem justificativa aceita pela Administração: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses, além de multa de 1% (um por cento) em relação ao total de sua proposta.

#### 20.3.2 Deixar de Celebrar o Contrato, conforme abaixo especificado:

- 20.3.2.1 Recusar-se ou deixar de enviar documentos necessários à comprovação de capacidade para assinatura do Contrato; ou
- **20.3.2.2** Recusar-se ou deixar de assinar o Contrato, dentro do prazo de validade da sua proposta: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) a 12 (doze) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total de sua proposta.

Para fins de aplicação das penalidades, prevalecem as previstas no item 18 do edital, e desconsideradas as penalidades especificadas nos Termos de Referência dos órgãos requisitantes.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **18.3.2.1** Recusar-se ou deixar de receber a Nota de Empenho referente ao Contrato: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor do empenho.
- 20.3.3 Fraudar ou falhar na execução do Contrato, e ensejar retardamento de sua execução:
  - 18.3.3.1 Pela inexecução parcial do Contrato: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) a 30 (trinta) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor da parcela inadimplida.
  - 18.3.3.2 Deixar de manter as condições de habilitação durante a execução contratual: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) meses e de multa de 1% em relação ao valor contratual.
    - 18.3.3.3 Deixar de prestar a garantia contratada: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses e de multa de 50% em relação ao valor do(s)bem(ns) ao(s) qual(ais) não foi prestada a garantia.
    - **18.3.3.4** Pela inexecução total do Contrato: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) a 48 (quarenta e oito) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total do contrato.
    - **18.3.3.5** Se a contratada ceder o Contrato, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização do contratante, ainda que obrigada a reassumir o fornecimento no prazo máximo de 15 (quinze) dias: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses e multa de 10% (dez por cento) em relação ao valor total do contrato.

#### Apresentar documento ou declaração falsa:

18.3.4.1 Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 10% a 20% em relação ao valor total de sua proposta.



#### ESTADO DO PARANÁ

**18.3.4.2** Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigações ou alterar a verdade: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses e multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.

#### 20.3.5 Cometer fraude fiscal:

- 18.3.5.1 Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal; ou
- 18.3.5.2 Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem; ou
- 18.3.5.3 Falsificar ou alterar quaisquer Notas Fiscais: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses, multa de 20% (vinte por cento) em relação ao valor total da sua proposta ou do Contrato, conforme o caso, bem como declaração de inidoneidade, que acarreta o impedimento de licitar com a União, Estados e Municípios pelo prazo do impedimento aplicado.

#### 20.3.6 Comportar-se de modo inidôneo:

- 18.3.6.1 Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo; ou
- 18.3.6.2 Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalidade anteriormente: Impedimento de licitar e contratar com quaisquer órgãos da Administração Municipal pelo prazo de 60 (sessenta) meses e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta ou do Contrato, conforme o caso.
- **20.4** Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:
  - **20.4.1** Advertência, nos casos de menor gravidade.
  - 20.4.2 Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do edital, sendo que a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução parcial do Contrato, incidindo sanções específicas, conforme item 15.3.3 "a" acima.
- **20.5** As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **20.6** Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- **20.7** A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
- **20.8** As penalidades de impedimento e inidoneidade serão obrigatoriamente registradas na plataforma correspondente do sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria-Geral da União e no SICAF e o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.
- **20.9** A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:
  - 18.9.1 O dano causado à administração.
  - **18.9.2** O caráter educativo da pena.
  - 18.9.3 A reincidência como maus antecedentes.
  - **18.9.4** A proporcionalidade.
- **20.10** Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, nacional ou estrangeira, pela prática de atos contra a Administração Pública, e dá outras providências.
- **20.11** Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro.

#### 21 DISPOSIÇÕES FINAIS

- **21.1** O Município de Foz do Iguaçu poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 21.2 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.



#### ESTADO DO PARANÁ

- **21.3** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.
- **21.4** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- **21.5** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.6 Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- **21.7** O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- **21.8** A participação da licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- **21.9** Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- **21.10** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- **21.11** Nas licitações será assegurada a prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais MEI, sediadas localmente, mediante a concessão de margem de preferência de até 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido, nos seguintes termos:
  - **21.11.1** Existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
  - **21.11.2** O Microempreendedor, microempresa ou empresa de pequeno porte tenha efetivamente participado do certame e ofertado durante o procedimento licitatório preço dentro da margem de preferência estabelecida no Decreto acima mencionado.
  - **21.11.3** O preço ofertado dentro da margem de preferência deverá ser compatível com a realidade do mercado e não veda o dever do agente de contratação, comissão de licitação ou pregoeiro de negociar em busca da melhor proposta para a Administração.



#### ESTADO DO PARANÁ

- 21.11.4 Considerando o valor de referência do edital, será concedida margem de preferência às licitantes localizados no Município de Foz do Iguaçu, nos percentuais na forma do art. 4°, incisos I a V, conforme Decreto Municipal nº 30.699/2022 e LC 369/2022.
- 21.12 Para comprovação da sede local e aplicação da margem de preferência, previsto no Decreto Municipal nº 30.699/2022 e na LC 369/2022, encerrada a sessão de lances, poderá o(a) pregoeiro(a) solicitar que o licitante encaminhe documentos comprobatórios via e-mail, após notificação via chat no compras.gov ou poderá solicitar que os documentos comprobatórios sejam juntado no momento da convocação do anexo, junto com a proposta final readequada.
- 21.13 Quaisquer esclarecimentos serão formalizados preferencialmente pelo endereço de correio eletrônico: licitacaopmfi@gmail.com ou através de correspondência dirigida ao endereço constante no preâmbulo do edital.
- 21.14Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e, dependendo do caso, pela autoridade competente, nos termos da legislação pertinente.
- 21.15 Para dirimir toda e qualquer dúvida e/ou divergência oriunda do presente edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.
- 21.16 Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:
  - 21.16.1 Anexo I: Termo de Referência.
  - **21.16.2** Anexo II: Minuta da Ata de Registro de Preços.
  - **21.16.3** Modelo I: Modelo de Proposta Comercial.
- **21.17** Todas declarações exigidas serão retiradas diretamente sistema as pelo www.gov.br/compras/pt-br.

Foz do Iguaçu, data da assinatura digital

Nilton Aparecido Bobato Secretário Municipal da Administração



### Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu



### TERMO DE REFERÊNCIA

#### \* (01) Objeto

A presente licitação tem por objeto o **registro de preço** para eventual aquisição de materiais gráficos destinados ao atendimento da demanda das unidades, feiras e eventos, bem como conselhos atendidos por esta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário, pelo período de 12 (doze) meses.

#### \* (02) Motivação (Justificativa)

- O registro de preço para aquisição de materiais gráficos faz-se necessária principalmente para atender as necessidades de materiais gráficos voltados à realização da Conferência do COMSEA, feiras e eventos realizados por esta secretaria.
- Optamos em adotar o Sistema de Registro de Preços, haja vista que o quantitativo a ser demandado por esta Secretaria não pode ser previamente definido com exatidão.
- A contratação objetiva evitar a prestação descentralizada desses serviços, o que aumentaria significativamente seus custos.

#### (03) Especificações e valor estimado dos materiais

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Folders/cartaz informativo –				
	formato 40x30cm 4x4 cores em				
	couchê - liso 150 gr. Informações e				
	logos a serem impressos no folder				
	serão enviadas no momento da				
	solicitação do pedido. Quantidade				
	total será dividida em lotes/tiragem				
	onde cada lote/tiragem será				
	referente a um evento com as				
	informações e logos referente ao				
	mesmo, onde a quantidade mínima				
1	de cada tiragem será 500 unidades.	Unidade	2.000	R\$ 1,29	R\$ 2.580,00
	Faixa em lona. Impressão digital e				
	colorida em alta resolução. Medidas				
	aproximadas 1 X 3m em 4X4 cores.		_		R\$ 2.121,95
2	Acabamento em madeira ou ilhós.	Unidade	5	R\$ 424,39	N\$ 2.121,93
	Crachás/credencial 08 x 12 cm				
	horizontal - com cordão na cor do				
	crachá (cores para cada segmentos				
	caso necessário) com as logos do				
	evento, patrocinadores e	** • 1 1	4.000	D# 0.55	R\$ 2.570,00
3	informações que se façam	Unidade	1.000	R\$ 2,57	2.0.0,00



### Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu

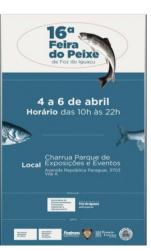


#### ESTADO DO PARANÁ

TOTAL					R\$ 9.405,61
4	mínima de cada tiragem poderá ser 1 unidade.	Unidade	6	R\$ 355,61	R\$ 2.133,66
	diferentes, onde a quantidade				
	as logos do evento). Serão solicitados de forma fracionada, modelos				
	quatro cores - 4x0. Com ilhós. (com				
	aproximadas: 700 x 1200mm - em				
	Banner em lona especial – medidas				
	Em duas cores diferentes.				
	quando for realizado a solicitação.				
	necessários que serão enviadas				

• Folder/cartaz e Faixas: Material a ser usado para divulgação das Feiras e eventos organizados pela SMDC, a saber, Feira do Peixe (realizado na SEMANA SANTA), Festa do Colono (realizado no mês de JULHO, em comemoração ao dia do colono), Feira Agroecológica. Público alvo: agricultores e munícipes em geral.















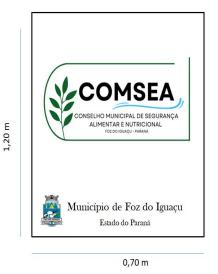
# Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu ESTADO DO PARANÁ

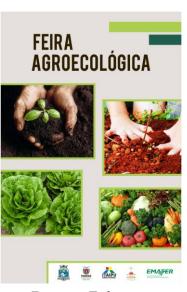


Crachás/credenciais: Material a ser usado para realização de conferências e eventos organizados pela SMDC. Público alvo: agricultores, conselheiros e munícipes em geral.



• Banner: Material a ser usado na divulgação das atividades e programas realizados pela SMDC (hortas escolares, feira agroecológica, conferência do COMSEA. Público alvo: agricultores e munícipes em geral.







**Banner COMSEA** 



**Banner Feira** 



**Banner SMDC** 



Banner Festa do Colono

Banner Feira do Peixe

Banner DIBA e SIM/POA

**OBS:** Os modelos aqui apresentados são ilustrativos, podendo ser alterado conforme necessidade da SMDC, tendo em vista a realização do evento e a programação da secretaria.



# Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu



#### \* (04) Obrigações da contratada

- Entrega dos itens de acordo com os prazos e as especificações exigidas, em perfeito estado de conservação, incluindo todos os dispositivos necessários à entrega dos mesmos;
- Os modelos serão repassados a gráfica para possíveis alterações no material a ser produzido e deverá aguardar aprovação desta Secretaria para confecção.
- A CONTRATADA terá o prazo de 20 (vinte) dias corridos para a entrega dos materiais gráficos, após recebimento da solicitação que será encaminhado por esta Secretaria juntamente com os modelos dos materiais gráficos a serem solicitados e seguindo rigorosamente as especificações e instruções constantes neste termo de referência, a contar do recebimento da Nota de Empenho;
- Se em caso de força maior, a entrega não possa ser realizada no prazo especificado, a CONTRATADA deverá comunicar por escrito à SMDC a ocorrência, indicando a data em que efetuará a entrega, não podendo esse adiamento ser superior a 5 (cinco) dias corridos;
- Garantir a substituição de partes ou lotes defeituosos, sem ônus para a SMDC, salvo quando o defeito for provocado por uso indevido, por força maior ou caso fortuito, devidamente comprovado;
- A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal acompanhada de todas as certidões negativas necessárias;
- A CONTRATADA deverá informar na nota fiscal o número do empenho e seu ano e recurso financeiro a ser informado no próprio empenho.

#### \* (05) Obrigações da Contratante

- Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a entrega dos materiais/serviços;
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- Encaminhar antecipadamente a solicitação do material gráfico com descrição para a CONTRATADA;
- Comunicar oficialmente à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- Executar a verificação dos serviços, por servidores especialmente designados, e atestar as Notas Fiscais correspondentes;
  - Lavrar termos circunstanciados de recebimento provisório e definitivo;
  - Efetuar os pagamentos nos prazos previstos no edital.

#### \* (07) Prazo de garantia e Local de entrega

- O prazo de garantia e validade dos produtos deverão ser de no mínimo 01 (um) ano, contados a partir da entrega destes na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.
  - Local para entrega dos produtos:



### <u>Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu</u>



#### ESTADO DO PARANÁ

UNIDADE	ENDEREÇO	HORÁRIO	TELEFONE DE CONTATO
SECRETARIA MUNICIPAL DE	RUA MARECHAL	8h às 12h	(45) 3521-9000
DESENVOLVIMENTO	FLORIANO		
COMERCIAL, INDUSTRIAL E	PEIXOTO, 1288.		
AGROPECUÁRIO	CENTRO – FOZ DO		
	IGUAÇU/PR		

#### \* (08) Prazo de vigência da Contratação

• A contratação terá a vigência de 01 (um) ano, vez que a mesma será decorrente de registro de preços.

#### \* (09) Critério de avaliação das propostas

• A estimativa de preços será definida pela média dos valores apresentados na cotação, pois esse tipo de licitação tem como objetivo buscar a proposta que seja mais vantajosa para a administração em termos de valores. Além disso, a estimativa pela média dos valores garante que haja maior número de empresas participantes no certame, pois os valores são mais abrangentes, dificultando uma licitação deserta.

#### \*(10) Valor e Dotação Orçamentária

- Após levantamento prévio, estimamos o valor máximo de **R\$ 9.405,61** (nove mil e quatrocentos e cinco reais e sessenta e um centavos), com vistas à aquisição dos itens deste termo de referência para eventual aquisição dos materiais gráficos destinados ao atendimento da demanda das unidades, conselhos atendidos por esta Secretaria.
  - Dotação orçamentária: 20.01.23.122.0660.2170.339030.1000.4400

#### \*(11) Condições e prazos de pagamento

- A empresa fornecedora do(s) serviços(s) deverá apresentar, para liquidação e pagamento pela PMFI, mediante ordem bancária em conta corrente, a NF-e (Nota Fiscal), contendo as quantidades, as especificações, os valores e os locais onde foram prestados os serviços;
- As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Foz do Iguaçu/PR, CNPJ 76.206.606/0001-40. As Notas Fiscais (NF-e) deverão ser entregues, à PMFI, no endereço Praça Getúlio Vargas, nº 280 Centro, CEP: 85.851-000, Foz do Iguaçu Paraná (Protocolo Geral do Município), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da sua data de vencimento;
- O protocolo, das competentes NF's, pode ser feito pela via digital, através do link: https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PortalEmpresarial/, na aba "PROTOCOLO DIGITAL", caso ainda não possua cadastro no site, deverá o fornecedor fazê-lo primeiro, através da aba "NÃO POSSUI ACESSO":



### Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu



#### ESTADO DO PARANÁ

- Deverão constar na NF-e (Nota Fiscal) o número da nota de empenho, o número da conta, os tipos, as quantidades e os valores efetivos dos itens a serem pagos;
- Para efeito de cada pagamento, a NF-e (Nota Fiscal) deverá estar acompanhada dos seguintes documentos legais comprobatórios da quitação dos encargos e tributos sociais, trabalhistas e tributários: CND (Federais, Estaduais e Municipais); Certificado de regularidade do FGTS e CND Trabalhista (TST);
- O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados do aceite da nota fiscal, contendo o detalhamento do objetivo entregue, depósito bancário, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada;
- Nota fiscal que apresente incorreções será devolvida para a contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal corrigida à contratante.

#### \*(12) Gestor e Fiscal do Contrato

 Gestor: Vilmar Andreola – Secretário Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário.

• Fone: 3521-9000

• Fiscal: Jan Albert Nieuwenhoff - Diretor de Agropecuária.

• Fone: 3521-9000

Foz do Iguaçu, 09 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_\_

Ihean Carlos Maran

Vilmar Andreola

Secretário Municipal de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Agropecuário Diretor de Abastecimento

#### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: TERMO DE REFERÊNCIA

Número: 30/2023

Assunto: TERMO DE REFERÊNCIA - MATERIAL GRÁFICO

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=99492607-8843-46f0-93ef-89cf11752b01&cpf=07671235903 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

### Código para verificação: 99492607-8843-46f0-93ef-89cf11752b01

#### **Hash do Documento**

#### 12D49BD66252C66878728953CC5C41570694B75F2A91ED6C63FF8B2C464500B4

#### **Anexos**

2 - TERMO DE REFERÊNCIA MATERIAL GRÁFICO.pdf - f0cbdbde-129b-4c8e-9f24-d62390e6e598

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/05/2023 é(são) :

JHEAN CARLOS MARAN (Signatário) - CPF: \*\*\*71235903\*\* em 09/05/2023 10:48:30 - OK Tipo: Assinatura Eletrônica

VILMAR ANDREOLA (Signatário) - CPF: \*\*\*66429949\*\* em 09/05/2023 12:33:54 - OK Tipo: Assinatura Eletrônica



#### A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.



#### ESTADO DO PARANÁ

#### ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/2023									
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/2023									
da Pre no CN represe registra pessoa PREG	efeitura Me PJ sob nº 7 entada pel ado nesta A jurídica de FÃO ELET	do ano de dois mil e deze unicipal de Foz do Iguaçu, pessos 76.206.606/0001-40, com sede à Para a quantidade e o preço da empre direito privado, inscrita no CNPJ TRÔNICO Nº/2023, cujo ol, com os p	a jurídica de raça Getulio, Represe resa:sob nºbjeto é o Ri	direito públic Vargas, 260 - entante do (EGISTRO DE	o interno, inscrita centro, neste ato Comprador, foi , resultantes do PREÇOS para a				
ITEM	QTDE.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNIT.	VALOR TOTAL				
assim propos  A vali	como todas sta de preço	s técnicas constantes do PROCES as obrigações e condições descrios, integram esta Ata de Registro de Ata de Registro de Preços é o 2023.	tas no Edita Preços, inde	l, no Termo de ependentement	e Referência e na e de transcrição.				
			Foz do Igu	ıaçu, de	de 2023.				
	Represei	ntante do Comprador		Empresa do representa					



#### ESTADO DO PARANÁ

### **MODELO I -** PROPOSTA COMERCIAL (em papel personalizado da empresa)

NOME EMPRESRIAL:					CNPJ							
NOME DE FANTASIA							INSC. EST	ADUAL				
CEP		ENDEREÇO				BAIRRO						
CIDADE												
FONE		WHATSAP:		E-MAI	L	WEB SITE						
	DADOS BANCÁRIOS											
BANC					CÓDIGO		AGÊNCIA		C/ CORR	ENTE		
BANC					CÓDIGO		AGÊNCIA		C/ CORR	ENTE		

Em atenção ao Pregão Eletrônico nº 144/2022, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme descrição:

ITEM	OHANT UNID. DE	UNID. DE	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALORES (R\$)		
11EWI	QUANT.	MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNITÁRIO	TOTAL	
01						
02						
03						
04						

Condições	de F	<b>2</b> agament	o:
-----------	------	------------------	----

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer naturezas, encargos sociais, **frete** até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local,	de	de 2023.
Local.	uc	uc 2023.

Nome da proponente Representante Legal da Proponente Nome: RG.: CPF:

#### PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**Número: **83/2023** 

Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2023

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=00c78a56-7d20-4b43-8306-0f3e819491b2&cpf=64806103934 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

### Código para verificação: 00c78a56-7d20-4b43-8306-0f3e819491b2

#### **Hash do Documento**

#### A0793912D0E6588349A91066F15C514837EBCEA724B42ECB219143545DFE938A

#### **Anexos**

PARECER.pdf - 0f7e2059-95a7-47da-b044-ce2a4a5bb1eb EDITAL.pdf - 22c95e40-2b7d-4ee6-8e20-9a64f151bba4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/06/2023 é(são) :

Nilton Aparecido Bobato (Signatário) - CPF: \*\*\*06103934\*\* em 05/06/2023 11:22:21 - OK **Tipo**: Assinatura Digital



#### A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI N° 4536 , DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.